

## O Programa Nacional de Alimentação Escolar: o mundo se inspira, seremos capazes de manter os avanços?

The world is taking inspiration from the National School Feeding Program, but can Brazil maintain the progress?

El Programa Nacional de Alimentación Escolar:  
el mundo se inspira, ¿seremos capaces de  
mantener los avances?

Elisabetta Recine <sup>1</sup>

doi: 10.1590/0102-311X00087617

É possível afirmar que os enormes avanços ocorridos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dificilmente seriam possíveis se não houvesse um cenário político, institucional e técnico que impulsionasse uma abordagem ampla e integradora das políticas e programas de alimentação e nutrição. No contexto da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada, estratégias que articulem diferentes dimensões e que qualifiquem o processo, mais além de proporcionarem, por exemplo, a oferta de uma refeição, são imprescindíveis. Nessa perspectiva, os meios condicionam os fins. Começamos a registrar resultados que mostram que não apenas a participação de alimentos oriundos da agricultura familiar é crescente, mas, também, estão sendo identificadas melhorias na qualidade da alimentação, dinamização do desenvolvimento local entre outros aspectos complementares e fundamentais que compõe o PNAE.

Dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mostram que entre 2010 e 2014 a porcentagem de municípios que compraram o equivalente a 30% dos recursos federais recebidos passou de 15 para 65%, e que foi reduzido de 51% para 10% o número de municípios que não realizaram nenhuma compra da agricultura familiar. Essa evolução significativa é resultado de medidas desenvolvidas tanto em nível local como nas demais esferas administrativas. Os municípios adequaram seus processos, profissionais que exercem a função de referência técnica estabeleceram canais de diálogo com produtores e cooperativas de maneira a conhecer a vocação produtiva da região, detalhar necessidades e contribuir para o planejamento da produção. Por outro lado, está cada vez mais evidente a urgência das escolas terem melhor estrutura para o armazenamento adequado e a preparação das refeições, e os profissionais envolvidos precisam ser em número suficiente e treinados para as suas funções. Assim como salas de aulas, são necessários refeitório, água potável, equipamentos e utensílios. Um conjunto de necessidades bem diferente de quando a alimentação escolar se resumia a abrir um pacote ou lata, misturar com água, aquecer e servir. No nível federal, além da atualização de regulamentos e procedimentos, também foram desenvolvidas ações em parceria com Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar. Não só foram elaborados materiais técnicos e treinamentos, mas também ações de fortalecimento de uma instância fundamental para promover o aprimoramento do Programa, os Conselhos de Alimentação Escolar. No contexto desta abordagem ampla do Programa, outras iniciativas merecem ser destacadas, como os valores *per capita*

<sup>1</sup> Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

### Correspondência

E. Recine  
Departamento de Nutrição,  
Faculdade de Ciências da  
Saúde, Universidade de  
Brasília,  
Campus Universitário Darcy  
Ribeiro, Brasília, DF  
70910-900, Brasil.  
erecine@gmail.com



diferenciados para os estudantes indígenas e de comunidades quilombolas; os concursos de receitas que valorizam não apenas a cultura alimentar local, mas também o trabalho dos profissionais que preparam as refeições; e os materiais técnicos de orientação aos responsáveis técnicos tanto em relação a compras, bem como para as situações específicas como o atendimento aos escolares com necessidades alimentares especiais. Iniciativas de mobilização e valorização de experiências locais como o concurso de Boas Práticas de Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, em que um conjunto amplo de sujeitos como gestores, profissionais, agricultores, agentes e instituições de assistência técnica e extensão rural; conselheiros de alimentação escolar; pesquisadores e comunidade acadêmica poderá inscrever suas experiências relacionadas a temas diversos como cardápios, ações de educação alimentar e nutricional; chamada pública; abastecimento e distribuição; intersetorialidade; cooperativismo; participação social; sistemas sustentáveis de produção de base orgânica e agro ecológica. Da mesma maneira, as medidas direcionadas a ampliar e qualificar uma outra dimensão essencial do Programa que é a promoção da alimentação adequada e saudável por meio de estratégias de educação alimentar e nutricional. Os livros didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação incluíram na contra capa mensagens sobre o tema; está em curso um processo complexo para estimular a inserção transversal de temas de alimentação e nutrição no currículo escolar por meio da revisão de conteúdo dos livros didáticos. Além disso, a implementação de ações de educação alimentar e nutricional no cotidiano escolar está sendo estimulada com iniciativas como a Jornada de Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas de Educação Infantil Atendidas pelo PNAE. A Jornada tem como objetivo incentivar o debate e a prática das ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar e dar visibilidade àquelas já desenvolvidas nas escolas públicas de educação infantil. Os temas a serem trabalhados serão: alimentação complementar e prevenção da obesidade infantil; alimentos regionais brasileiros; prevenção e redução de perdas e desperdícios de alimentos; horta escolar pedagógica; agricultura familiar na escola; e atividades lúdicas para o desenvolvimento social relacionado ao ato de comer. As escolas participantes irão documentar as ações inspiradas nos temas propostos.

Todas essas atividades confirmam que o PNAE tem percorrido o longo caminho de um Programa que oferece alimentação nas escolas para uma política pública que contribui para a realização do direito humano à alimentação adequada, que atende às múltiplas dimensões da segurança alimentar e nutricional, como sendo a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Diante de tantas conquistas é legítimo perguntarmos sobre os riscos que o PNAE corre considerando as mudanças institucionais e cortes orçamentários ocorridos a partir de 2016. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pelo conjunto de programas de apoio e desenvolvimento da agricultura familiar foi extinto, seu quadro técnico foi fragilizado e suas atribuições transferidas para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), na Casa Civil. O conjunto de programas de apoio à agricultura familiar (assistência técnica e extensão rural; fundo garantia-safra; apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais; aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar, inclusive produtiva rural) sofreu, em 2017, um corte orçamentário da ordem de 15%. Ações essenciais como as de extensão rural e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estão comprometidos. O acesso ao PAA está sob risco, tanto por parte das famílias produtoras de agricultores como dos indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidos. Nesta nova configuração, o PAA deixa de ser um programa estruturante voltado para o fortalecimento da agricultura familiar e passa a ser um programa da Assistência Social, com redução de 39% do orçamento em comparação a 2016, o que levará a uma redução do número de famílias atendidas de 91,7 mil para 41,3 mil. A restrição orçamentária fica ainda mais preocupante quando consideramos os contingenciamentos que vêm ocorrendo e quando a ela são somados os cortes ocorridos em ações relacionadas a: mulheres produtoras rurais (-38%); acesso à água (-33%); reforma agrária e regularização fundiária (-36%); e ações direcionadas aos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais para acesso à terra e território e manejo e uso sustentável da biodiversidade (-48%). Apesar de o índice *per capita* para a alimentação escolar ter sido recentemente atualizado, à luz dos resultados registrados no presente artigo e outros já publicados, sabe-se que a disponibilidade orçamentária é necessária,

mas não suficiente para manter e ampliar a compra da agricultura familiar. Medidas, por exemplo, de apoio e fortalecimento do processo produtivo local sustentável, de prioridade para os grupos mais vulnerabilizados, de estruturação de processos administrativos compatíveis com os objetivos de compra da agricultura familiar para a viabilização de ações de educação alimentar e nutricional, enfim o conjunto de aspectos que configuraram o PNAE como exemplo a ser seguido, precisam ser mantidas e expandidas.

---

Recebido em 26/Mai/2017  
Aprovado em 20/Jun/2017